

SEGURANÇA ALIMENTAR NO ENSINO SUPERIOR: O PAPEL DO RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO E DA AGRICULTURA FAMILIAR

Karen de Fátima Saraiva Guimarães Silva¹;

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará.

<http://lattes.cnpq.br/7893558707377150>

Letícia da Silva Oliveira²;

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará.

<http://lattes.cnpq.br/2957042293371682>

Ana Júlia Lopes de Oliveira³;

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará.

<http://lattes.cnpq.br/2804240698250147>

Sarah de Jesus Costa da Silva⁴;

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará.

<http://lattes.cnpq.br/0383880475214726>

Mateus Silva Araújo⁵;

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará.

<http://lattes.cnpq.br/7692224960626412>

Nayla Vieira Baia⁶;

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará.

<http://lattes.cnpq.br/9879619783816330>

Camila Nascimento Melo⁷;

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará.

<http://lattes.cnpq.br/4356996529246200>

Rafael da Silva Chaves⁸;

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará.

<http://lattes.cnpq.br/2258475004552500>

Elenilma Barros da Silva⁹;

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará.

<http://lattes.cnpq.br/9129878979775246>

Adrianne Pureza Maciel¹⁰;

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará.

<http://lattes.cnpq.br/3028821602903561>

Laís Pinon de Carvalho¹¹;

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará.

<http://lattes.cnpq.br/6715604647997166>

Xaene Maria Fernandes Duarte Mendonça¹²

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará.

<http://lattes.cnpq.br/748945224883933>

RESUMO: A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é um direito humano essencial, que envolve dimensões sociais, econômicas, culturais e ambientais. Visa garantir aos estudantes o direito humano à alimentação adequada, por meio de serviços de alimentação e nutrição, de forma a contribuir para o enfrentamento às desigualdades sociais, colaborando para a permanência e conclusão no ensino superior. Os Restaurantes Universitários (RU) assumem papel estratégico nesse processo, ao oferecer refeições equilibradas, acessíveis e culturalmente adequadas. Além de atender a necessidades imediatas, constituem a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e também se articulam com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), contribuindo assim para o fortalecimento da agricultura familiar, a valorização da produção local e o fomento de cadeias curtas de abastecimento. Apesar de seu potencial, os RU enfrentam desafios como irregularidade produtiva, limitações logísticas e barreiras estruturais. Conclui-se que o fortalecimento dos RU, aliado à valorização da agricultura familiar, representa estratégia fundamental para a garantia da segurança alimentar e nutricional no ensino superior.

PALAVRAS-CHAVE: Segurança Alimentar. Serviços de Alimentação. Agricultura Sustentável.

FOOD SECURITY AND SOVEREIGNTY IN HIGHER EDUCATION: THE ROLE OF UNIVERSITY RESTAURANTS AND FAMILY FARMING

ABSTRACT: Food and Nutritional Security (FNS) is a fundamental human right that encompasses social, economic, cultural, and environmental dimensions. It aims to ensure students' right to adequate food through food and nutrition services, thereby contributing to the fight against social inequalities and supporting their retention and completion in higher education. University Restaurants (URs) play a strategic role in this process by offering balanced, affordable, and culturally appropriate meals. In addition to meeting immediate needs, they are part of the National Student Assistance Policy (PNAES) and are also linked to the Food Acquisition Program (PAA), thus contributing to the strengthening of family farming, the appreciation of local production, and the promotion of short supply chains. Despite their potential, URs face challenges such as irregular production, logistical limitations, and structural barriers. It is concluded that strengthening URs, combined with the promotion of family farming, represents a key strategy for ensuring food and nutritional security in higher education.

KEYWORDS: Food Security. Food Services. Sustainable Agriculture.

INTRODUÇÃO

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é reconhecida como um direito humano fundamental, assegurado pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei nº 11.346/2006, conhecida como Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN). Esse conceito compreende o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade,

em quantidade suficiente, sem comprometer o atendimento de outras necessidades essenciais, contemplando ainda dimensões sociais, econômicas, culturais e ambientais. Trata-se, portanto, de uma perspectiva ampliada que articula saúde, sustentabilidade e equidade, sendo essencial para compreender os desafios contemporâneos relacionados à alimentação (Bernardi Mizuno et al., 2021).

Nesse contexto, no Brasil, a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) constituem marcos estruturantes para a implementação de ações intersetoriais que buscam combater a fome, reduzir desigualdades e promover a soberania alimentar. Tais políticas dialogam diretamente com o cenário atual, marcado pelo retorno da insegurança alimentar em níveis alarmantes. A Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) e o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de Covid-19 (VIGISAN, 2022) evidenciam que mais da metade da população brasileira vivencia algum grau de insegurança alimentar, reforçando a urgência de medidas que garantam o acesso adequado à alimentação no país. Além disso, estudos indicam que essas políticas públicas desempenham papel estratégico ao articular programas de transferência de renda, incentivo à agricultura familiar e fortalecimento do acesso à alimentação adequada. Entretanto, o cenário recente de crise socioeconômica e os impactos da pandemia de COVID-19 agravaram de forma significativa a insegurança alimentar, atingindo mais da metade da população brasileira (Mattos et al., 2023).

Diante desse panorama, no âmbito do ensino superior, a segurança alimentar está intimamente relacionada à permanência estudantil e ao desempenho acadêmico, uma vez que o acesso à alimentação adequada é condição básica para a saúde e para o aprendizado. Equipamentos públicos, como os Restaurantes Universitários (RU), inseridos na Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), emergem como espaços fundamentais para assegurar esse direito. Ao mesmo tempo, representam locais de execução das políticas públicas de SAN, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), fortalecendo a integração entre produção local, sustentabilidade e garantia de alimentos de qualidade (Cardoso et al., 2018).

Por fim, essa discussão permite evidenciar não apenas a relevância dos RU na efetivação do direito humano à alimentação adequada, mas também suas implicações sociais, econômicas e ambientais. Considerando os desafios contemporâneos, torna-se evidente a necessidade de estratégias intersetoriais e de articulação com outras políticas públicas para o fortalecimento da SAN no Brasil.

OBJETIVO

Este capítulo tem como objetivo apresentar e analisar o contexto da segurança alimentar no ambiente universitário, destacando o papel do Restaurante Universitário (RU) como espaço estratégico para a promoção da assistência e permanência estudantil no ensino superior. Além disso, busca evidenciar a contribuição da Agricultura Familiar no

fornecimento de alimentos de qualidade, fortalecendo a integração entre produção local e políticas públicas de alimentação.

METODOLOGIA

Para alcançar esse objetivo, o capítulo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza básica, com finalidade exploratório-descritiva. A investigação foi direcionada à análise e sistematização de informações sobre segurança alimentar, soberania alimentar, restaurantes universitários e agricultura familiar.

Nesse sentido, quanto aos procedimentos metodológicos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica integrativa, fundamentada em literatura científica. A coleta de dados foi realizada nas bases: SciELO, LILACS, PubMed e Google Acadêmico, utilizando descritores do DeCS (Segurança Alimentar, Serviços de Alimentação, Agricultura Sustentável) e termos livres como “Agricultura Familiar” e “Restaurante Universitário”.

Adicionalmente, o período de inclusão dos estudos abrangeu publicações dos últimos 10 anos, contemplando textos em português e inglês. A seleção priorizou estudos que abordassem a integração entre agricultura familiar e serviços de alimentação institucionais, bem como políticas públicas voltadas à promoção da alimentação adequada.

No que diz respeito à análise dos dados, esta foi realizada de forma temática, organizando o conteúdo em quatro eixos principais: (1) Conceitos e políticas de segurança alimentar; (2) Soberania alimentar e valorização da produção familiar; (3) O papel dos Restaurantes Universitários na promoção de alimentação saudável; e (4) Experiências e desafios de integração da agricultura familiar com instituições de ensino superior.

Por fim, por se tratar de uma pesquisa exclusivamente bibliográfica, não houve envolvimento de seres humanos ou experimentação animal, o que dispensa a submissão a Comitês de Ética. As autorizações institucionais pertinentes foram devidamente solicitadas e concedidas para a realização do estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram selecionados 12 estudos, sendo 9 em português e 3 em inglês, todos publicados nos últimos 10 anos e organizados conforme os quatro eixos definidos pela metodologia. A análise evidenciou que parte significativa da literatura aborda políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, destacando tanto os avanços institucionais quanto às limitações na efetivação de ações voltadas ao combate à fome. Além disso, enfatiza-se o impacto da implementação e da presença do Restaurante Universitário (RU) sobre a vida e a alimentação dos estudantes de uma universidade pública brasileira.

Complementarmente, outros trabalhos evidenciam a relevância da agricultura familiar como estratégia de soberania alimentar, ressaltando seu papel na sustentabilidade da produção e na valorização da economia local. Nesse mesmo sentido, observou-se que os RU têm sido objeto de pesquisas que apontam sua contribuição para a promoção da alimentação saudável, para a melhoria do ambiente alimentar e para o fortalecimento da

permanência estudantil no ensino superior.

Adicionalmente, nas literaturas consultadas foi possível constatar que o serviço dos RU se configura como a principal fonte de refeições saudáveis para a população estudantil em situação de insegurança alimentar e vulnerabilidade econômica. Por outro lado, a ausência desse serviço revela uma tendência à substituição das grandes refeições por lanches e/ou opções de menor custo, o que reforça o papel do RU como recurso essencial para a garantia de alimentação de qualidade a esses estudantes.

Destarte, verifica-se ainda o impacto sobre o índice de consumo de alimentos marcadores de alimentação saudável e não saudável pela comunidade estudantil (PEREZ et al., 2019). Por esse motivo, a intensificação do consumo de hortaliças, legumes crus/assados e frutas se destaca na maioria dos estudos analisados, evidenciando a promoção de uma alimentação equilibrada realizada pelos serviços examinados nesta revisão.

Além disso, em determinados periódicos, foi enfatizado o quanto o fato de os alunos viverem ou não com suas famílias de origem influencia diretamente seus hábitos alimentares. Isso ocorre porque o consumo de alimentos marcadores de nutrição adequada está associado à oferta e aos costumes alimentares familiares desses estudantes, o que implica na maior ou menor aderência à alimentação ofertada pelas unidades de alimentação estudantil e, conseqüentemente, nos índices de alimentação saudável.

Nesse sentido, a Revisão Integrativa da Literatura (RIL) evidenciou que os RU ocupam um papel estratégico no contexto da segurança alimentar e nutricional no ensino superior, especialmente ao garantirem refeições nutricionalmente equilibradas, financeiramente acessíveis e culturalmente adequadas. Os estudos apontam que esses equipamentos não apenas suprem uma necessidade básica, mas também se configuram como políticas públicas de permanência estudantil, articuladas ao direito humano à alimentação adequada (Carvalho, 2022; Bernardi Mizuno et al., 2021). Nesse contexto, o PNAES, por meio do Programa de Alimentação Saudável na Educação Superior (Pases), promove e assegura a segurança alimentar e nutricional dos estudantes ao desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão no âmbito acadêmico.

Um dos resultados mais recorrentes na literatura é que os RU promovem a redução da insegurança alimentar entre estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, evidenciando a inter-relação entre políticas públicas, agricultura familiar e ambientes institucionais de alimentação. Pesquisas realizadas em universidades federais brasileiras indicam que grande parte dos usuários são jovens de baixa renda, egressos de escolas públicas e frequentemente deslocados de seus municípios de origem, o que reforça a importância do subsídio alimentar como condição essencial para a continuidade acadêmica (FONAPRACE, 2018; Mattos et al., 2023).

Nesse sentido, a articulação entre o PNAES e o PAA está prevista no artigo 13 da Lei nº 14.914/2024, que institui a referida política:

Art. 13. “As ações do Pases ocorrerão de forma articulada com as políticas relacionadas ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

(Sisan), criado pela Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, considerados os processos de compra de alimentos por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), instituído pela Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023”.

Apartir dessa articulação, programas como o Pases e o PAA demonstraram resultados positivos ao estimular cadeias curtas de produção, valorizar alimentos locais e fomentar a economia regional (Cardoso et al., 2018). No entanto, os estudos também destacam desafios logísticos, como a irregularidade na produção, a necessidade de infraestrutura de armazenamento e a adequação sanitária, que dificultam a plena incorporação da agricultura familiar nos serviços institucionais.

Além disso, outras barreiras precarizam a exposição e diminuem as oportunidades para que estudantes de baixa renda conheçam e utilizem alimentos “in natura” em seus ambientes alimentares dentro da comunidade acadêmica. Nessa relação, destaca-se que, em geral, os estabelecimentos comerciais inseridos nos campi de universidades públicas são mistos, oferecendo desde lanches até refeições completas e funcionando em horários ininterruptos. Por outro lado, o Restaurante Universitário atua principalmente no almoço e jantar, operando apenas nos horários das refeições, o que condiciona os estudantes a buscarem alternativas alimentares, muitas vezes compostas por produtos processados e ultraprocessados (Batista et al., 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Segurança Alimentar e Nutricional constitui um direito humano fundamental e um pilar essencial para a promoção da saúde, da equidade e da sustentabilidade. No contexto universitário, esse direito se expressa de forma concreta por meio da oferta de refeições acessíveis e equilibradas nos restaurantes universitários, que se consolidam como políticas públicas estratégicas de assistência estudantil.

Dando continuidade a essa perspectiva, a literatura analisada evidencia que o Restaurante Universitário (RU) não se restringe a um espaço de alimentação, mas representa uma ferramenta de permanência acadêmica, de garantia de condições dignas de estudo e de enfrentamento das desigualdades sociais. Nesse cenário, a integração com a agricultura familiar amplia o alcance dessas ações, ao promover cadeias curtas de produção, valorizar alimentos locais e fortalecer economias regionais, em consonância com os princípios da soberania alimentar.

Por outro lado, apesar dos avanços observados, desafios estruturais e operacionais persistem, como as dificuldades logísticas de aquisição, armazenamento e distribuição, além das barreiras que limitam a diversificação alimentar dentro dos campi. Esses entraves reforçam a necessidade de maior articulação entre políticas públicas, gestores institucionais, agricultores familiares e comunidade acadêmica, a fim de superar obstáculos e ampliar o impacto positivo dessas iniciativas.

Dessa forma, conclui-se que o fortalecimento dos Restaurantes Universitários, aliado à valorização da agricultura familiar, representa uma estratégia concreta e intersetorial

para a efetivação do direito humano à alimentação adequada. Esse processo não apenas contribui para a permanência estudantil e para o desempenho acadêmico, mas também para a construção de ambientes alimentares mais saudáveis, sustentáveis e socialmente justos, alinhados aos desafios contemporâneos da segurança alimentar e nutricional no Brasil.

REFERÊNCIAS

- MIZUNO, Patrícia Bernardi; COSTA, Sérgio Marques; ARANA, Alba Regina Azevedo; ULIANA, Maíra Rodrigues. **Políticas de segurança alimentar e nutricional no Brasil e sua relação com a agricultura familiar**. Revista Campo-Território, Uberlândia, v. 16, n. 40 Abr., p. 91–114, 2021. DOI: 10.14393/RCT164004. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/57643> . Acesso em: 29 ago. 2025.
- CARDOSO, Elisa dos Santos; MORENO, Eliane Cristina; YAMASHITA, Oscar Mitsuo. **Políticas Públicas, Agricultura Familiar e Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil e em Mato Grosso**. Nativa, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 124–133, 2018. DOI: 10.31413/nativa.v6i2.4523. Disponível em: <https://www.periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/nativa/article/view/4523> . Acesso em: 29 ago. 2025.
- MATTOS, Ana Carolina Einsfeld; GUERIN, Mariana; TEN CATE, Lidia Nicole dos Santos. **Segurança alimentar e nutricional no Brasil: cenário anterior e posterior ao início pandêmico**. Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, SP, v. 30, n. 00, p. e023015, 2023. DOI: 10.20396/san.v30i00.8667645. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8667645> . Acesso em: 29 ago. 2025
- BATISTA, Caroline de Araújo; PEREIRA, Alessandra da Silva; DIAS, Juliana Furtado; SANTOS, Cláudia Roberta Bocca; AQUINO, Luana Azevedo de; LEÃO, Leila Sicupira Carneiro de Souza; FRANCO, Amanda da Silva. **Caracterização do ambiente alimentar de uma universidade pública do estado do Rio de Janeiro**. *Cadernos de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 1-11, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1414-462X202331010492>.
- SOUSA, Laiana Paula Severo de; SOARES, Maria Elias. **Políticas de permanência estudantil no ensino superior: a importância do Programa Restaurante Universitário**. *SciELO Preprints*, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.10208>.
- PEREZ, Patrícia Maria Périco; CASTRO, Inês Rugani Ribeiro de; CANELLA, Daniela Silva; FRANCO, Amanda da Silva. **Effect of implementation of a University Restaurant on the diet of students in a Brazilian public university**. *Ciência & Saúde Coletiva*, Volume: 24, Número: 6, Publicado: 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018246.11562017>